

MEMORIAL DESCRITIVO DA REFORMA SIMPLIFICADA DOS QUARTOS DO MERCADO PÚBLICO DO RIO GRANDE

QUARTO 10

ADMINISTRAÇÃO:
Alexandre Lindenmeyer
Prefeito Municipal

João Carlos Brahm Cousin
Secretário Municipal
Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento

José Leomar Soares
Secretário Municipal
Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário

Rio Grande, RS, junho de 2017.

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

1.0 - DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente Memorial Descritivo (MD) constitui o projeto de engenharia que tem por finalidade estabelecer critérios, bem como especificar os serviços e materiais para a execução da Reforma Simplificada, do Quarto 10 do Mercado Público de Rio Grande, situado a Rua General Osório, nº 443, no Centro Histórico da Cidade de Rio Grande. Peça Principal com uma área de 18,00 m² e Peça Contígua com uma área de 3,15 m².

1.1 – DO OBJETO

O presente documento tem por objeto expedir as diretrizes para a intervenção simplificada nas dependências internas do Quarto nº 10 do Mercado Público de Rio Grande, com especificações técnicas para orientar a mão de obra, e todos os materiais necessários à realização dos elementos definidos e condições em presentes neste MD.

1.2 - GENERALIDADES

A LOCATÁRIA ainda como licitante deverá realizar visita técnica ao local dos serviços e inspecionar as condições gerais do local, as alimentações das instalações/redes, passagens, redes existentes, passeios existentes, etc., bem como verificar as cotas e demais dimensões do projeto, comparando-as com as medidas e níveis "in loco", pois deverão constar da proposta todos os itens necessários à execução total dos serviços, bem como todas as outras demolições e adaptações necessárias à conclusão dos serviços.

Além da visita técnica, antes de começar os serviços, a LOCATÁRIA deverá examinar cuidadosamente todos os itens deste MD, plantas, desenhos dos projetos e qualquer outra documentação fornecida, pois será considerada como perfeita conhecedora de todas as circunstâncias que poderão atrapalhar e/ou facilitar a execução dos serviços.

A execução das obras e/ou serviços deverá obedecer às normas da ABNT, Leis referentes ao Patrimônio Histórico e este Memorial Descritivo (MD).

A empresa LOCATÁRIA deverá seguir todos os procedimentos de segurança referentes aos serviços, pois operações, manuseio ou manutenções inadequadas podem resultar em acidentes pessoais severos ou mesmo a morte.

A LOCATÁRIA é a responsável pela eficácia dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização negligente, imprudente ou descuidada dos trabalhos e/ou alterações indevidas do presente Memorial Descritivo.

Todos os elementos que por ventura venham a ser danificados pela LOCATÁRIA ao longo dos trabalhos deverão ser recompostos, de forma a manter as características originais.

Em caso de dúvidas quanto à interpretação deste Memorial Descritivo, documentação técnica da obra ou discrepâncias constatadas no presente rol documental fornecido, deverá ser consultada a Unidade de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento para a solução do problema.

Durante toda execução das obras fica a LOCATÁRIA sujeita a fiscalização da obra por parte da Prefeitura Municipal, em qualquer tempo. Sendo verificada qualquer discrepância da obra com o acordo estabelecido, a LOCATÁRIA ficará obrigada a demolir e a refazer por seu exclusivo dispêndio, todos os trabalhos que a Comissão de Fiscalização impugnar por má qualidade ou que contrarie as condições contratuais.

Serão encargos e ônus da LOCATÁRIA, entre as demais providências cabíveis, os seguintes:

- A obtenção das licenças (e/ou autorizações) e a aprovação de documentos junto a órgãos ou entidades públicas e/ou privadas.

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

- Pagamento das custas inerentes a estes processos, inclusive taxas, impostos e demais tributos de qualquer natureza que venha a incidir em qualquer das etapas do processo de preparação para a realização dos trabalhos, durante a execução do objeto contratado.

- Pagamentos das despesas de consumo tais como água e energia elétrica, os quais serão fornecidos pelo Mercado Municipal.

A LOCATÁRIA será obrigada a facilitar a fiscalização da(s) obra(s), serviço(s) e dos materiais utilizados, permitindo o acesso da fiscalização em todas as partes e compartimentos.

A LOCATÁRIA deverá manter a disposição da fiscalização no local do objeto além de toda a documentação técnica da obra, cópias legíveis, para consulta, de todas as normas técnicas citadas neste MD, ou delas decorrentes, bem como as demais que formem necessárias à execução da obra ou serviço.

1.3 - MÃO DE OBRA

Todos os serviços deverão ser executados por pessoas qualificadas e competentes para as tarefas, e quando necessário, será especializada, objetivando o acabamento esmerado da obra e/ou serviço, além de obrigatoriamente treinadas em procedimentos de segurança do trabalho e prevenção de acidentes, conforme as diversas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Será obrigatória a permanência na obra de Responsável Técnico conforme suas atribuições legais em tempo suficiente para garantir a perfeita execução dos serviços.

A LOCATÁRIA é obrigada a retirar da obra ou serviço qualquer tarefeiro, operário ou subordinado seu que a critério da Comissão de Fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva, falta de decoro/pundonor ou incapacidade técnica.

1.3.1 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E COLETIVA (EPC)

Será obrigatório o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) como capacete, botas, luvas, cinto de segurança (quando os trabalhos forem em elevação superior a 2,00m do solo conforme determinado na Norma Reguladora do Ministério do Trabalho e Emprego NR nº 35) e demais equipamentos, necessários à segurança dos operários em atividade na obra, bem como também será obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Coletiva, (EPC) como sistema de sinalização, redes de proteção, kit de primeiro socorro, e demais equipamentos necessário à segurança dos trabalhadores e transeuntes do(s) local (ais) de obra, sendo que os encargos oriundos destas obrigações deverão estar inclusos nos valores de mão de obra, na planilha orçamentária apresentada pela LOCATÁRIA.

Correrá por conta exclusiva da LOCATÁRIA:

- 1- A responsabilidade de quaisquer acidentes de trabalho na execução das obras e/ou serviços contratados e ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa.
- 2- A reparação da destruição ou danificação dos serviços executados até a aceitação definitiva (TERD) pela Contratante, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, junto aos lindeiros da área ou ainda os ocorridos em via pública, conforme art. 70º da Lei 8.666 de 1993.

A LOCATÁRIA deverá tomar todas as medidas para que as tarefas sejam executadas com segurança. Todas as normas referentes à Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente e outras, deverão ser rigorosamente cumpridas façam elas referência aos funcionários e contratados ou outras pessoas que estejam nas dependências da obra.

1.3.2 - ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

A empresa LOCATÁRIA deve contratar uma empresa que possua uma estrutura administrativa conveniente a execução célere e eficaz das atividades da obra e/ou serviços contratados, tal estrutura, central ou local, deve possuir pessoal capacitado, instalações físicas adequadas, veículos e

equipamentos apropriados para o desenvolvimento das atividades de supervisão, planejamento e o controle da qualidade, das atividades previstas neste MD.

O canteiro da obra deverá apresentar boas condições de segurança e limpeza, e ordenada circulação, obedecendo à NBR-12284. Não deverá ser utilizado o passeio público para colocação de entulhos e/ou material.

1.3.3 - RESPONSÁVEL TÉCNICO

Por se tratar de imóvel de interesse histórico-cultural a empresa LOCATÁRIA deverá contar com Responsável Técnico (Arquiteto e/ou Engenheiro Civil) com comprovada experiência em serviços de complexidade técnica e administrativa igual ou superior ao objeto da contratação que deverá acompanhar permanentemente a execução dos serviços. Tal exigência não dispensa a necessidade de outros profissionais da área que poderão compor equipe multidisciplinar.

1.4 - TRANSPORTE

Todo e qualquer transporte de materiais ou de pessoal, para a execução dos serviços, ficará a cargo da LOCATÁRIA.

1.5 - REUNIÃO DE INÍCIO DE OBRA E ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Após a assinatura do contrato e antes do início da(s) obra(s), deverá ser realizada uma reunião com a participação da LOCATÁRIA, de técnicos da UPU (Unidade de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento) e Comissão de Fiscalização indicada pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, a fim de estabelecer todos os critérios para a execução dos serviços, andamento das atividades e conclusão das obras.

Após a assinatura do Contrato, a LOCATÁRIA deverá apresentar as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) emitida pelo CAU, de execução das obras e/ou serviços juntamente com o comprovante de pagamento (devidamente quitada).

O pagamento das taxas (ART, Alvarás, Licenças, Tributos, Impostos, etc.), referentes à execução da obra, correrá por conta da LOCATÁRIA. Será responsabilidade da LOCATÁRIA os encaminhamentos e o recolhimento de todas as taxas referentes à execução das obras, bem como todos os desdobramentos junto aos outros órgãos públicos e/ou concessionárias locais.

1.6 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo estimado para conclusão das obras é de **60 dias** corridos, a partir da assinatura do contrato e/ou da entrega da ordem de início dos serviços (conforme estabelecido no contrato).

1.7 – DOS MATERIAIS

O fornecimento de todos os materiais necessários à realização da obra constante do presente MD e seus anexos, será de responsabilidade da LOCATÁRIA.

Os materiais empregados deverão ser novos, e notoriamente de primeira qualidade, a LOCATÁRIA deverá observar as especificações constantes deste MD e dos respectivos fabricantes, atendendo ainda, obrigatoriamente ao **Programa Setorial da Qualidade (PSQs)** do Ministério das Cidades, acessível pelo endereço eletrônico http://pbqp-h.cidades.gov.br/projetos_simac_psq.php, além das outras normas, métodos, e ensaios da ABNT, quando aplicáveis.

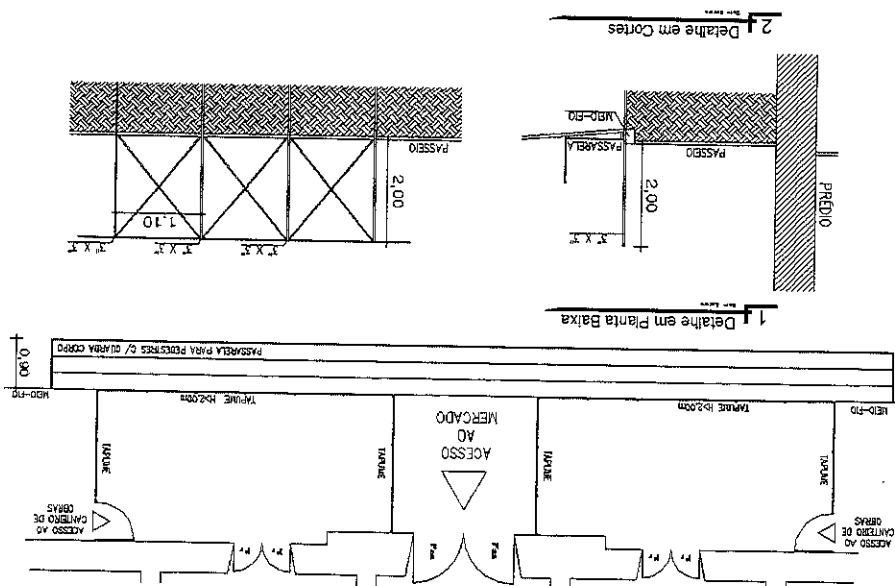
Poderão ser utilizados materiais similares aos especificados, desde que mantenham as mesmas características técnicas de desempenho e tenham suas similaridades comprovadas, por meio de laudos e/ou atestados emitidos por órgãos competentes.

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

Os pontos provisórios de água e luz deverão ser indicados pela administração do Mercado Público, ficando vedada a instalação de postes e hidrômetros junto à fachada do imóvel. Após o término da obra, todas as instalações provisórias deverão ser desativadas e removidas e todos os elementos modificados e/ou alterados devido a estas ligações provisórias deverão ser reconstituídos ao seu estado original. Caberá a LOCATÁRIA as despesas com a manutenção do canteiro, com os pagamentos relativos aos consumos de energia elétrica, telefone e água, bem como com o fornecimento de materiais de consumo para seu escritório.

2.1.2.3 – MONTAGEM DOS TAPUMES.

Se necessário, os tapumes deverão ter altura mínima de 2,00m serão em chapas de madeira compensada resinada branca de espessura 6,00mm medindo (2,20 x 1,10)m fixados em portales de madeira de pinus ou eucalipto nas dimensões 3" x 3" montados sobre o passeio público. É expressamente proibido qualquer dano ao passeio público derivado da instalação de tapumes. As portas principais de acesso ao Mercado Público deverão ficar livres dos tapumes de forma a garantir o acesso ao interior do prédio, caso necessário passadizos com teto em altura não inferior a 2,50m deverão ser construídos, para garantir a segurança dos transeuntes.



2.1.3 – DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES.

A LOCATÁRIA deverá, antes de proceder com os serviços constantes deste item, isolar e remover (caso necessário) todas as instalações (hidros sanitárias, elétricas, telefônicas, dados etc.) existentes nas áreas em foco. Todos os serviços de remoção das instalações que necessitarão a interrupção parcial ou total de um serviço (exemplo: água, energia elétrica, rede de dados, telefonia etc.) deverão ser planejados e previamente informado ao responsável pelo Mercado Público (intervenientes).

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO
E PLANEJAMENTO



1.8 – DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A empresa deve elaborar sua proposta de intervenção adequada o local ao uso requerido e às solicitações relativas ao Patrimônio Histórico. A intervenção em prédio tombado em nível municipal requer materiais e técnicas específicas que visam não deteriorar o imóvel, bem como salvaguardar a história e a cultura de Rio Grande.

1.9 - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Durante a execução da(s) obra(s) e/ou serviço(s), a LOCATÁRIA deverá realizar um levantamento fotográfico que mostre todas as etapas da execução dos serviços, separando-as em pastas mensais, semanais ou diárias.
Tal levantamento deverá ser apresentado ao final da obra e/ou serviço em meio magnético, Compact Disc (CD), com arquivos de texto do tipo "Joint Photographics Experts Group (.JPEG)".

1.10 – RECEBIMENTO DA OBRA OU SERVIÇO

1.10.1 – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

Após a finalização da obra, a LOCATÁRIA solicitará a Comissão de fiscalização a vistoria final para emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TERD). Caso a obra não esteja de acordo com o solicitado no presente Memorial, será emitido um Parecer com as alterações que devam ser realizadas. Após a LOCATÁRIA ter executado as correções, solicitará nova vistoria e, atendidas solicitações, a Comissão de fiscalização confeccionará o Termo de Recebimento Definitivo (TERD).

2.0 - EXECUÇÃO DA OBRA

As obras e serviços a serem executados foram desenvolvidos neste MD, segundo NBR 13531, NBR 13752 e sistema TCPO (PINI).

2.1 - SERVIÇOS PRELIMINARES.

2.1.1 – DETALHAMENTO EXECUTIVO DO PROJETO.

A LOCATÁRIA deverá fazer um levantamento de campo para obter dados e medidas dos serviços a serem realizados, verificando qualquer discrepância com o informado, apontando possíveis equívocos. A LOCATÁRIA deverá elaborar os projetos executivos arquitetônicos, das instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, instalações telefônicas, rede de dados, instalações de gás, PPCI e demais detalhes construtivos que se fizerem necessários para a execução da obra. Salientamos que existem projetos de Incêndio e Elétrico aprovados para o Mercado Municipal, ambos devem ser consultados.

2.1.2 - MOBILIZAÇÃO

2.1.2.1 - CONTÊINER PARA ESCRITÓRIO TIPO CANTEIRO.

Quando necessário, utilizar contêiner adequado para a guarda de materiais e equipamentos, com sanitário para o pessoal, devendo ainda ser prevista a criação de um espaço para a instalação da administração da obra.

2.1.2.2 - INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA ELÉTRICA.

Constam deste item todas as providências para interrupções de fornecimento e posteriores religações necessárias a atender as instalações provisórias, tais como: instalações de água, luz e esgoto.

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

2.1.3.1 - DEMOLIÇÕES.

Quando houver vão onde apareça o arco em cima da porta, o mesmo deve obedecer ao arco (ficando com mesma largura), bem como se houver alguma viga, parede ou laje que seccione o encontro entre a porta e o arco, essa deverá ser retirada.

2.1.3.2 - REPARO DE REVESTIMENTOS REBOCO/EMBOÇO.

Deverão ser reparados o revestimento do tipo reboco de todas as alvenarias do interior do quarto, inclusive dos intradorsos das abóbodas.

Antes do início dos serviços, a LOCATÁRIA deverá proceder a um detalhado exame das situações e condições da edificação. Deverão ser considerados aspectos importantes como: a natureza da estrutura, o estado de conservação e de estabilidade, o risco de desabamentos, e a necessidade de escoramentos ou travamentos, bem como a necessidade de proteção ou retirada provisória de elementos artísticos ou decorativos.

O serviço em si só poderá ser iniciado após os devidos escoramentos e preparos de cada local.

Os materiais, instalações, peças e outros bens incluindo os artísticos ou decorativos após suas remoções deverão ser transportados devidamente acondicionados e armazenados em locais especificados no projeto complementar apropriado, e na omissão destes de acordo com as orientações da fiscalização.

Quando for executado o tratamento ou retirada de alguma parte dos rebocos das abóbodas dos quartos, para cada pano de alvenaria e pano de abóboda, deverá ser solicitado o traço de reboco verificado na análise físico-química do conteúdo.

2.1.4 - LIMPEZA DA OBRA.

A LOCATÁRIA deverá proceder à periódica remoção do entulho e dos detritos, bem como a qualquer momento a pedido da fiscalização, para que os mesmos não se acumulem no canteiro durante a obra dificultando sua execução ou fiscalização de qualquer serviço, ou causando riscos de acidentes.

O material proveniente da limpeza sem serventia para a obra deverá ser removido para área externa existente e acondicionado conforme legislação vigente, sob a responsabilidade da LOCATÁRIA, não sendo permitido o depósito de material no passeio público.

É expressamente proibido preparar argamassa ou assemelhados sobre o passeio público ou sobre as áreas de uso comum, devendo-se para isso utilizar materiais e recipientes adequados.

Observação:

Por ocasião da execução da(s) obra(s) e/ou serviço(s), a LOCATÁRIA deverá seguir as prescrições da Norma NBR-7678 (Segurança na execução de obras e serviços de construção) e em particular se orientar pela Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977, que altera o capítulo V, do título III da CLT (DOU de 23/12/1977). Da mesma forma deverão ser observadas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, aprovadas pela Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 (suplemento do DOU de 06/07/1978), em especial a NR-4, que trata de "Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)"; a NR-5, que trata de "Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)"; a NR-6, que trata de "Equipamento de Proteção Individual - EPI"; e a NR-18, que trata de "Obras de Construção, Demolição e Reparos". Atentar ao fato que algumas das normas acima explicitadas foram alteradas pela Portaria nº 33 de 27 de outubro de 1987 (DOU de 31/07/1987). A LOCATÁRIA deverá manter os seus empregados uniformizados e utilizando os Equipamentos de Proteção individual exigíveis para os serviços (o uso de capacete e botas será exigido para qualquer serviço). A distribuição, inspeção do funcionamento e observância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) ficarão a cargo da LOCATÁRIA, nas diversas etapas da obra. Os EPI consistem em proteção de: cabeça, mãos e braços, pés e pernas, contra quedas com diferença de nível, auditiva, respiratória e tronco. Para

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

assistência e atendimento médico a LOCATÁRIA deverá manter no canteiro de obras pessoal treinado em primeiros socorros, assim como todo o material adequado, visando o atendimento emergencial de primeiros socorros de acidentados. Também deverão ser estabelecidos os procedimentos de remoção, para hospitais ou clínicas próximas, do pessoal que sofrer acidente de maior gravidade e necessitar de atendimento médico especializado.

2.2 – PAREDES.

2.2.1 – TRATAMENTO DE TRINCAS E FISSURAS

Quando houver trincas nos intradorsos das abóbodas, bem como nas alvenarias, tais patologias deverão ser tratadas, após a retirada do revestimento (reboco/emboço) conforme item 2.1.3 deste MD, sendo executados os seguintes tratamentos, que se darão de duas formas concomitantes, sendo elas: Fixação de insertos estruturais do tipo de ganchos e a aplicação de tiras de telas tipo bandagem.

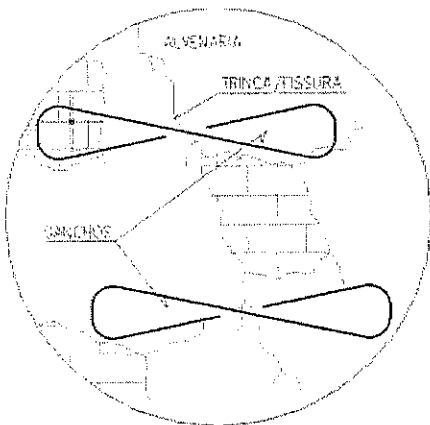
Limpar a região numa área de aproximadamente 20 cm x 10 cm para cada lado do ponto indicado;

Abrir, por trinca, no mínimo 03 rasgos na alvenaria igualmente espaços e o suficiente para a inserção dos ganchos, tomando sempre o cuidado para rasgar demasiadamente o local.

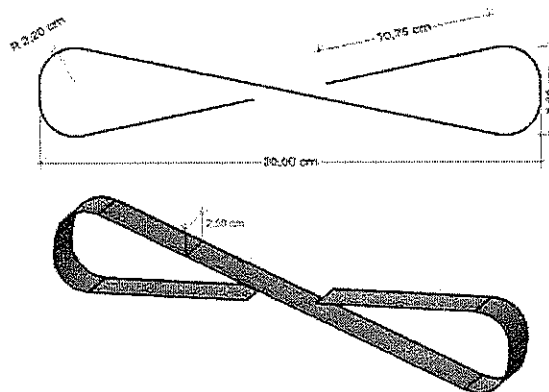
Com uma trincha ou escova de aço remover poeiras e materiais soltos;

Os ganchos deverão ser confeccionados em perfil do tipo Barra chata ASTM A36 ou MR 250 (NBR 7007) fy: 250MPa e fu: 550MPa nas dimensões: largura ¾" x espessura ¾".

Inserir os ganchos conforme detalhamento abaixo. Preencher os espaços restantes do rasgo com massa de argamassa no traço da análise-química realizada. Aguardar no mínimo 24 horas para iniciar o cobrimento com revestimento.



DETALHE CONSTITUTIVO DOS GANCHOS



Após a execução do procedimento, a LOCATÁRIA deverá:

Escarrear a parede numa largura mínima de 10 cm para cada lado em toda a extensão da trinca ou fissura, aprofundando cerca de 2 mm a escarificação da fissura.

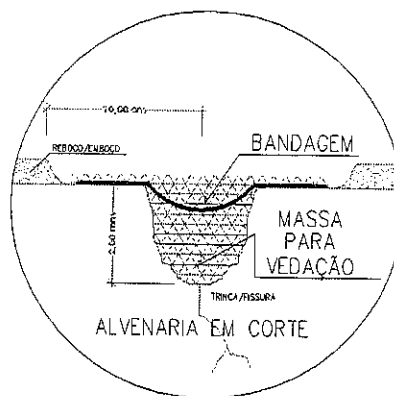
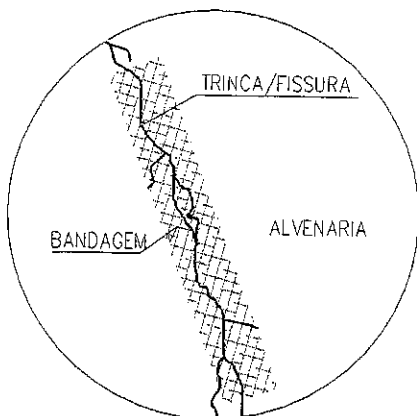
Limpar e vedar a trinca com massa epóxi e/ou acrílica apropriada para vedação, deixar secar conforme recomendações do fabricante.

Colocar a bandagem (tela) na canaleta escareada centralizando o reforço sobre a trinca.

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

Aplicar sobre a bandagem preenchendo a canaleta escareada com massa acrílica própria para vedação de trincas

Aguardar a secagem recomendada lixar e aplicar o acabamento de reboco/emboço
Referências Sika, Vedacit, 3M, ou similar.



2.2.2 – ALVENARIAS NOVAS

Se houver necessidade de fechamento de vãos, os mesmos devem ser executados com alvenaria de tijolos furados, recebendo revestimento e acabamento conforme o restante das paredes.

2.2.3 – REVESTIMENTO EM PAREDES E TETOS.

Todas as superfícies que não estão rebocadas serão revestidas com argamassa, conforme traço resultante da análise físico-química do revestimento existente.

Em superfícies lisas, ou de fácil descolamento a exemplo dos intradorsos das abóbodas de forro, deverá ser adicionado aditivo adesivo ou cola concentrada para chapisco ao traço, nas quantidades indicadas pelo fabricante.

Deverão ser empregados métodos executivos adequados, observando, entre outros:

- A umidificação prévia da superfície a receber o revestimento, para que não haja absorção da água de amassamento por parte do substrato, diminuindo, por conseguinte a sua resistência;
- O lançamento vigoroso da argamassa sobre o substrato;
- O recobrimento total da superfície em questão.

A argamassa deverá ser preparada mecanicamente a fim de obter mistura homogênea e conferir as desejadas características desse revestimento: trabalhabilidade, capacidade de aderência, capacidade de absorção de deformações, restrição ao aparecimento de fissuras, resistência mecânica e durabilidade.

A aplicação será feita em chapadas com colher ou desempenadeira de madeira, até a espessura prescrita. Quando do início da cura, sarrafear com régua de alumínio, e cobrir todas as falhas. A final, o acabamento será feito com esponja densa.

Deverão ser fixadas mestras de madeira de forma a garantir a correta execução do revestimento.

2.3 – PISO:

2.3.1 – LIMPEZA E LAVAGEM DO CONTRAPISO:

A LOCATÁRIA deverá limpar, raspar e lavar o contrapiso, de forma que não fique nenhuma argamassa, ou outro material, que venha a interferir no nível ou na aderência da argamassa de colocação do ladrilho hidráulico.

2.3.2 – REVESTIMENTO DO PISO TIPO LADRILHO HIDRÁULICO 20X20:

Os ladrilhos hidráulicos devem ser guardados sempre em local coberto e sobre ‘palets’, caso o piso sofra umidade vinda das chuvas, pois o papelão das caixas, quando molhado, pode manchar o piso.

Quando retirar os ladrilhos das caixas, coloque-os sempre da mesma forma que eles chegam até você quando embalados, ou seja, face a face, pois isso evita que risquem.

Os ladrilhos hidráulicos devem ser assentados com argamassa (uso interno) e com uma desempenadeira dentada.

Por serem artesanais (prensadas manualmente) é normal que ocorram alterações mínimas (até 1 mm) de espessura, sendo assim, assente-as com argamassa no contrapiso e também no fundo da peça para tirar essa diferença.

Quando for aplicar a argamassa, certifique-se de que nas pontas do ladrilho também foi passado argamassa para evitar que trinquem depois de assentada.

O ladrilho hidráulico sempre é assentado com ‘junta seca’, ou seja, não existe espaçamento a ser dado entre as peças como é feito na aplicação de cerâmicas.

Nunca bata nas peças com ‘martelo de borracha’, pois além de marcá-las (principalmente as cores claras), você poderá trincá-las. Essas fissuras ficam evidentes quando são resinadas ou molhadas. Caso fiquem marcadas, lixe-as com lixa d’água 200. A

LOCATÁRIA deverá realizar uma junta perimetral para evitar tensões entre o pavimento e o revestimento e efetuar juntas de dilatação. Deverão ser previstas juntas de trabalho ou juntas de movimentação executadas seccionando-se toda ou parte da espessura do substrato e preenchendo-se este espaço aberto com material elastômero como selante, que não deve preencher todo o espaço deixado pelo seccionamento do revestimento, sendo necessário utilizar material de enchimento que deve ser colocado no fundo da junta.

As juntas do revestimento deverão respeitar a posição e abertura das juntas estruturais permitindo uma deformação igual àquela prevista no projeto estrutural do edifício e indicada em projeto de paginação de piso a ser confeccionado pela LOCATÁRIA, devendo, caso necessário, serem também preenchidas com material elastômero como selante com material de enchimento no fundo da junta.

Caso durante aplicação respingue argamassa sobre os ladrilhos, passe na mesma hora uma esponja limpa umedecida com água para evitar que a massa seque e penetre no piso.

Os ladrilhos hidráulicos são peças muito porosas (enquanto não estão resinadas), por isso, quando o ambiente já estiver terminado e ainda precisar ser utilizado como passagem, cubra-os com um plástico-bolha e papelão. Jamais coloque papelão ou jornal diretamente sobre o piso, pois isso pode manchá-lo.

Não será permitida a passagem sobre a pavimentação dentro de três dias do seu assentamento.

Não será tolerado o assentamento de peças rachadas, emendadas, com retoques visíveis de massa, com veios capazes de comprometer seu aspecto, durabilidade e resistência ou com quaisquer outros defeitos.

Antes de resinar as peças, certifique-se de que estão limpas e sem pó. Varra o piso com uma vassoura de pêlo ou lave com água e sabão neutro. Nunca lave com ácido muriático, cândida, produtos químicos ou derivados.

Nunca resine as peças úmidas, pois podem manchar.

Para resinar as peças, utilize um rolo de lã curto, pois não solta fiapos como os de espuma, devido à ação química da resina.

Sempre passe três demãos com intervalos de oito horas entre cada uma. Elas devem ser passadas sempre no mesmo sentido (vai e vem) e não em cruz.

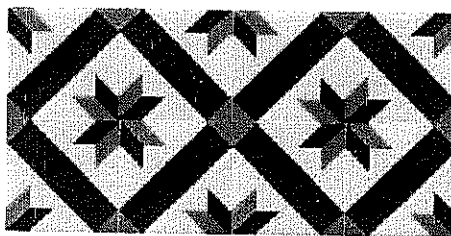
Após a primeira mão de resina e sua secagem, você pode rejuntar os ladrilhos hidráulicos com pó de rejunte (fazendo uma pasta e aplicando entre as peças), sendo a cor congruente com a cor e estampa do ladrilho. Limpe o excesso do rejunte com uma esponja úmida.

Para manutenção do dia a dia, passe cera líquida incolor com um rodo a cada 15 dias ou quando perceber que o piso está perdendo o brilho. Para a limpeza, use apenas água e sabão neutro. A cera conserva a resina, portanto, passe-a regularmente.

O tipo de ladrilho hidráulico a ser colocado nos ambientes internos será estampado, de uso interno, com dimensões 20x20cm e espessura 2 cm, sendo que sua cor e estampa devem estar de acordo com o exemplo abaixo, tanto no que se refere a cor do mesmo, quanto a disposição e desenho do piso, sendo que qualquer variação deve ser consultada e aprovadas pela Unidade de Planejamento Urbano, na Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento.



1 peça(20x20)cm



Desenho formado com sua colocação.

Caberá a LOCATÁRIA minimizar ao máximo as variações de tamanho e tonalidade especificadas em relação às cores existentes buscando sua aproximação evitando assim caracterizar diferentes cores no piso.

2.4 - RODAPÉ:

Se houver necessidade de colocação de rodapé, a LOCATÁRIA deverá executar rodapés com altura de 15 cm, de poliestireno, sendo que esse material pode ser aplicado inclusive em ambientes úmidos, pois não empenam, não mofam e são imunes a cupins e pragas.

2.5 - FORROS:

Poderá haver forro na peça contígua ao salão com a abóbada. O forro poderá ser executado em madeira, PVC ou gesso, conforme a necessidade de uso.

Em nenhuma hipótese o forro poderá ser instalado abaixo do arco da porta entre o salão principal e a peça contígua.

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

2.6 – INSTALAÇÕES:

2.6.1 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO:

A elaboração e execução do projeto das Instalações Elétricas deverão ser baseadas neste MD e nas seguintes normas:

- NBR 5361 (Disjuntores de baixa tensão) (se necessário);
- NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão) (se necessário);
- NBR 5413 (Iluminância de interiores – Procedimento) (se necessário);
- NBR 6150 (Eletrodutos de PVC rígido – Especificação) (se necessário);
- NBR 6147 (Plugues e tomadas para uso doméstico e análogo) (se necessário);
- NBR 6527 (Interruptores para instalação elétrica fixa doméstica e análoga) (se necessário);
- NBR 9513 (Emendas para cabos de potência isolados para tensões até 750 V) (se necessário); e
- NBR 13570 (Instalações elétricas em locais de afluência de público) (se necessário).
- Regulamento de Instalações Consumidoras em Baixa Tensão (RIC-BT) da Concessionária Local de Energia Elétrica.

A LOCATÁRIA deverá apresentar o detalhamento executivo das Instalações Elétricas, sendo sua responsabilidade a aprovação do mesmo junto à concessionária Local, por se tratar de uma unidade autônoma com ramal próprio.

2.6.1.1 – QUADROS E CAIXAS.

2.6.1.1.1- CAIXA DE MEDIÇÃO E ENTRADA DE ENERGIA (AR).

As definições relativas às instalações elétricas, provisórias e permanentes deverão estar de acordo com o projeto geral da rede elétrica do Mercado Público.

Qualquer intervenção na rede elétrica deverá ser previamente autorizada pela administração do Mercado Público.

2.6.1.1.2- QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 18 TERMINAIS.

Deverá ser próprio para instalação elétrica, fabricado em chapa de aço com pintura primer alquídica e moldura com porta articulável em chapa de aço com pintura eletrostática, dotada de fecho tipo pressão. Deverá possuir placa de montagem em monobloco, confeccionada em chapa de aço com pintura a base de esmalte sintético além do barramento em cobre. Referência Tigre, Wetzel, Siemens ou similar.

2.6.1.1.3- CAIXAS 4"X 4" ou 4"X 2".

Todas as intervenções na rede elétrica do quarto e seu anexo deverão ser executadas externamente à parede.

Deverão ser instaladas caixas 4x4 ou 4x2, conforme o caso, sendo separados os circuitos de iluminação, circuito de força monofásico e circuito de força bifásico.

As caixas deverão ser próprias para instalação elétrica, fabricadas em PVC, nas seguintes dimensões L x C x P: 4" x 4" - (112mm x 112mm x 47mm), e 4" x 2" - (70mm x 108mm x 47mm) e

deverão possuir um ou dois pares de orelhas para o encaixe dos dispositivos elétricos, fendas nas paredes / fundo para recortar e acoplar eletrodutos, e não propagarem as chamas (antichama).

Referência Tigre, Pial Legrand, ou similar.

2.6.1.2 – EQUIPAMENTOS E COMPONENTES ELÉTRICOS.

2.6.1.2.1 – DISJUNTORES 10 A 40A MONOFÁSICOS.

Os disjuntores padrão europeu (DIN) ou NEMA (americano), deverão ser conforme a NBR 5361 ou IEC-947/2 e possuir capacidade conforme especificado no diagrama unifilar a ser detalhado no projeto executivo elétrico.

2.6.1.2.2 – DISJUNTORES 10 A 50A BIFÁSICOS.

Os disjuntores padrão europeu (DIN) ou NEMA (americano), deverão ser conforme a NBR 5361 ou IEC-947/2 e possuir capacidade conforme especificado no diagrama unifilar a ser detalhado no projeto executivo elétrico.

2.6.1.2.3 – DISJUNTORES 10 A 63A TRIFÁSICOS.

Os disjuntores padrão europeu (DIN) ou NEMA (americano), deverão ser conforme a NBR 5361 ou IEC-947/2 e possuir capacidade conforme especificado no diagrama unifilar a ser detalhado no projeto executivo elétrico.

2.6.1.2.4 – DISPOSITIVO RESIDUAL (DR) 63A TETRAPOLAR.

O dispositivo residual deverá possuir sensibilidade de 30mA, diante de qualquer nível de corrente de fuga à terra, ser certificado com a norma IEC 61008 além de possuir acionador para teste de operacionalidade, e grau de proteção IP20. Fabricante: "Steck" "Siemens" ou similar.

2.6.1.2.5 – DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (DPS).

O Dispositivo de Proteção contra Surtos (DPS), Classe III, deverá ser instalado, quando necessário, visando à proteção fina de equipamentos. São utilizados para proteção de equipamentos ligados à rede elétrica, à linha de dados e linhas telefônicas.

2.6.1.2.6 – LUMINÁRIA TIPO CALHA.

Poderão ser instaladas luminárias tipo calha na sala de apoio, onde o teto não é a abóbada.

2.6.1.2.7 – LUMINÁRIA TIPO ARANDELA.

Como o objeto do presente MD é uma edificação inventariada como patrimônio histórico e cultural, não será admitido a colocação de quaisquer equipamentos ou peças sejam elas para iluminação, decoração, proteção etc. no intradorso das abóbodas.

Face ao acima exposto, todas as luminárias dos cômodos que contiverem como teto abóbadas, estas deverão ser detalhadas, em projeto executivo, como arandelas, e serem fixadas nas paredes a alturas inferiores a 3,10m.

Deverão ser instaladas e distribuídas conforme o projeto elétrico elaborado pela LOCATÁRIA.

2.6.2 – INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS:

A confecção e execução do projeto das instalações hidrossanitárias deverão ser baseadas neste MD e nas seguintes normas:

NBR 5626 - Instalações Prediais de Água Fria;

NBR 6493 - Emprego de Cores para identificação de tubulações - Procedimento.

RDC 50 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Serão permitidas instalações hidráulicas e sanitárias na sala de apoio onde o teto não é a abóbada.

2.7 – PINTURAS.

As paredes e tetos deverão receber pintura em tinta PVA, sendo aplicadas, no mínimo 02 (duas) demãos, após a aplicação de uma camada de fundo selador/preparador em uma demão. Se necessário, usar massa corrida PVA.

Tanto o fundo selador quanto a tinta PVA deverão seguir o padrão estabelecidos neste MD, referência Coral, Suvinil, ou similar. Deverão ser utilizadas tintas de primeira linha.

A execução de serviços de pinturas deverá atender às seguintes Normas e práticas complementares:

- NBR 13245 – Execução de Pinturas em Edificações não Industriais;
- NBR 11702 – Tintas para Edificações não Industriais – Classificação; e
- NBR 12554 – Tintas para Especificações não Industriais.

Todos os materiais deverão ser recebidos em seus recipientes originais, contendo a indicação dos fabricantes, identificação das tintas e rótulos intactos. Os recipientes deverão indicar a data de fabricação e os prazos de validade de seus componentes.

A área para armazenamento das tintas deverá ser ventilada, em local seco e provida de dispositivos adequados à prevenção de incêndios e explosões.

Antes do início de quaisquer serviços de pinturas, deverão ser observadas as recomendações dos fabricantes bem como as seguintes diretrizes gerais:

- As superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas, de modo a remover sujeiras, poeiras e outras substâncias ou corpos estranhos;
- A poeira e a pintura existente deverão ser eliminadas com escovas, lixas, raspagem e jatos de água, as manchas serão removidas com solventes; e
- A aplicação será dada em duas demãos, cada demão de tinta somente será aplicada quando a anterior estiver totalmente seca, recomendando-se um intervalo de, pelo menos, 24 horas entre demãos sucessivas.

Igual cuidado deverá ser tomado entre o emassamento e a aplicação de pinturas, recomendando-se um intervalo mínimo de 48 horas entre esses diferentes serviços.

Precauções especiais deverão ser observadas em relação á superfícies que não receberão pinturas, para evitar respingos.

Recomenda-se adotar os seguintes procedimentos para proteção de superfícies e estruturas:

1º - isolamento com tiras de papel, fitas adesivas, panos, jornais ou outros materiais;

2º - remoção de salpicos, enquanto a tinta estiver fresca, empregando, se necessário, removedores adequados;

A aplicação das tintas só se dará após a cura total das argamassas do emboço.

Especial cuidado deverá ser tomado em relação às esquadrias de madeira, onde deverão ser protegidos os vidros, dobradiças, maçanetas e outros acessórios.



Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE
Aqui tem Governo Popular

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
**SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO
E PLANEJAMENTO**

RIO GRANDE



As tintas aplicadas serão diluídas conforme orientação dos fabricantes e aplicadas nas proporções recomendadas.

As camadas deverão ser uniformes, sem corrimentos, falhas ou outras marcas.

Todas as tintas serão rigorosamente preparadas dentro das latas e periodicamente mexidas, antes e durante sua aplicação, a fim de se manter como uma mistura densa e uniforme, evitando sedimentação de componentes das mesmas. Os serviços de pintura não poderão ocorrer em dias chuvosos ou cuja umidade relativa do ar, esteja acima de 90%, ou com ventos fortes.

A pintura só poderá ser realizada após as paredes estarem perfeitamente limpas e livres de calcinação, fissuras, descascamento, pó, partículas soltas, óleos, graxas, mofo, respingos de argamassa, etc.

3 - LIMPEZA FINAL DA OBRA.

A obra (partes internas e externas) deverá ser entregue totalmente limpa, e pronta para ocupação e /ou uso imediato. A destinação dos resíduos da obra será de responsabilidade da LOCATÁRIA, que deverá obedecer a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações do Art. 3º em 2015, bem como a Lei 12.305/2010 e toda legislação ambiental vigente.

4 – DESMOBILIZAÇÃO:

A desmobilização da obra deverá ocorrer, após a visita dos técnicos para emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TERD), não sendo admitidos obras, serviços, pessoal, máquinas, equipamentos e instalações provisórias dos locais de trabalho.

A LOCATÁRIA deverá deixar todas as áreas do canteiro de serviço limpas e livres de entulhos e resíduos de materiais de qualquer natureza.

Rio Grande, RS, junho de 2017.

Eng. Civil Oldair Antonio Colares
CREA/RS 136.653

Arq. Taisy Preuss da Silva
CAURS A89690-0

Arq. Ellen Scott Hood
CAU-RS A38318-0

Arq. Emanuelle Freitas
CAURS A39211-1

Arq. Joziel Bonato
CAU-RS A61187-5

Doe Órgãos, doe sangue: Salve Vidas!

